



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VALPAÇOS
ATA N.º
2/2018

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre da Assembleia Municipal, nos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Valpaços.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) Informação do Presidente da Câmara;**
- 2) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do relatório e contas de 2017, assim como o inventário dos bens, direitos e obrigações;**
- 3) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 1.ª revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento do ano 2018;**
- 4) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas da Câmara Municipal;**
- 5) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 2.ª alteração ao regulamento municipal de atribuição de bolsas de estudo;**
- 6) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da designação do júri de recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau - Chefe de divisão de Espaços Verdes;**
- 7) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da designação do júri de recrutamento para o cargo de direção intermédia de 1.º grau - Diretor do departamento de finanças e Património;**

8) Apreciação do relatório e contas do ano de 2017 da empresa local “EHATB – Empreendimentos Hidrelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.”.

Composição da Mesa

Presidente: Sr. António Sernache de Sousa;

Primeiro Secretário: Prof.^a Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves; **Segundo**

Secretário: Sr. António Queiroz Simões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas catorze horas e trinta minutos. Procedeu-se à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, verificandose a presença de 45 (quarenta e cinco) e a ausência de 6 (seis), a saber:

Membros Eleitos

Eugénio Aníbal Rua Silva Leitão Borges, Alípio José dos Santos Barreira e Domingos Filipe Miranda Pinto

Presidentes de Junta

Francisco Manuel Moreiras Machado, Diogo Tiago Cardoso Alves e Saúl António Teixeira Pessoa.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão a ata relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, enviada a todos os membros e abriu as inscrições para os Deputados interessados se poderem pronunciar sobre a mesma, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Doutora Ema Paula Morais Gonçalves**

A Senhora Doutora Ema Gonçalves começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros, o Senhor Presidente da Câmara e restante executivo, os Senhores Presidentes de Junta e restantes Deputados Municipais e todos os presentes não eleitos. A senhora deputada referiu que ao contrário da ata anterior, desta vez as suas intervenções, vertidas na ata, não foram, em nada, pervertidas.

Por não haver mais inscrições, foi posta à votação, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM TRÊS ABSTENÇÕES.**

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, referindo-se a ata da reunião de dezoito de dezembro do ano de dois mil e dezassete, e dirigindo-se a Senhora Deputada Doutor Ema Gonçalo, afirmou que após audição da gravação, considera que as declarações da Senhora Deputada não foram subvertidas, mostrando-se disposto a divulgar as referidas gravações, o que a Senhora Doutora Ema Gonçalo considerou desnecessário.

Correspondência recebida

Seguidamente, teve lugar a leitura do convite, dirigido ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para a cessão de encerramento do XVIII congresso federativo da Federação Distrital do Partido Socialista, a realizar no Pavilhão Multiusos de Mesão Frio, no próximo dia vinte e quatro pelas dezassete horas.

Solicitaram a relevação da falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia dezoito de dezembro de dois mil e dezassete, os seguintes Deputados Municipais:

António Telmo Teixeira Moreira.

Manuel Paulo Ribeiro.

Presidentes de Junta

Francisco Manuel Moreiras Machado.

José Rocha.

Fernando Teixeira Fernandes.

Almerindo José Lopes.

António Augusto Batista da Silva.

Alípio José dos Santos Barreira.

Posteriormente, teve lugar a leitura do ofício da EHATB, dirigido ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, acompanhado com o dossiê de prestação de contas de 2017.

Seguidamente, teve lugar a leitura do ofício, dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Valpaços, para conhecimento de uma pergunta ao Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, pelos Senhores Deputados José Luís Ferreira e Eloisa Apolónio, no âmbito dos parques de armazenamento de madeira queimada nos incêndios de 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou proposta para constituição do grupo de trabalho para revisão do regimento da Assembleia Municipal, presidido pela sua pessoa e contará com mais dois elementos a designar pelo PSD, um elemento a designar pelo PS e um representante da Câmara Municipal sem direito a voto.

Seguidamente, foi colocada à votação a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Émeres, **Senhor Professor António Augusto Batista da Silva**.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Émeres, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

O Senhor Presidente da Junta, começou por mostrar o seu agrado com a aprovação do grupo de trabalho com vista à revisão do regimento da Assembleia Municipal, situação para a qual tem vindo a alertar, nomeadamente a necessidade de encurtar o período de “antes da ordem do dia”. Seguidamente, referiu o enorme sucesso da II Edição da Festa do Bolo Podre que teve lugar em Santa Maria de Émeres deixando, no entanto, um reparo à ausência das figuras mais destacadas do Partido Socialista de Valpaços.

Continuando, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Émeres, manifestouse desagradado com a proliferação de cabos e fios, nomeadamente de fibra ótica que ocupam e poluem visualmente os céus do concelho, considera necessário algum critério na colocação de tais cabos.

Posteriormente, e referindo-se e à estrada que liga Santa Maria à Silva, alertou para a colocação de entulho nas bermas por parte de alguns moradores, e que, em época de chuvas, transformam a estrada em ribeiro impedido o seu escoamento, solicitou assim, ajuda à Câmara Municipal no sentido de remover o referido entulho.

Finalmente, e consequência de um inverno chuvoso, mostrou preocupação com o crescimento de ervas e mato nas bermas das estradas, assim, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara - mesmo

sabendo que dispõem de recursos limitados – uma solução, conjuntamente com os presidentes de junta, para que no período de verão as ruas e as estradas estejam apresentáveis.

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Doutora Ema Gonçalo**.

A Senhora Deputada Ema Gonçalo, começou por cumprimentar, novamente, todos os presentes. Seguidamente, a Senhora Deputada lembrou que na próxima quarta-feira se comemora o 44.º aniversário da Revolução de Abril, considera assim, importante fazer referência a esta data histórica. Lembrou que grande parte dos municípios portugueses, não pondo em causa este ou aquele município, optam por elaborar um plano de atividades para esse dia, dispensando, bem ou mal, uma seção solene da Assembleia Municipal. Continuando, referiu que há outros município que realizam a reunião da Assembleia no próprio dia 25 de Abril, onde além do habitual hastear da bandeira e o desfile da banda de música, promovem uma cessão solene evocando a referida data, acrescentando, no entanto, *que não é a solenidade da cerimónia que está em causa, mas sim a forma de honrar, não fazer esquecer, e de elogiar aqueles que nos trouxeram até aqui, e hoje nos trazem até esta sala*. Acrescentou que uma das maiores conquistas do 25 de Abril, é um poder local livre.

Seguidamente, endereçou os parabéns à democracia, jovem, mas madura, considera que uma seção evocativa do 25 de Abril não deve ser considerada como mais um gasto em senhas, mas sim uma forma de memorizar, e honrar aqueles que tornaram a democracia possível.

Por último, lamentou que as novas gerações vão esquecendo os ganhos de Abril, e que essas referências vão desaparecendo dos currículos escolares, até porque os movimentos populistas vão ganhando espaços e podem ter proporções alarmantes.

Intervenção do Presidente da Junta de Valpaços e Sanfins, **Senhor António Manuel Castanheira Lopes**.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valpaços e Sanfins, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

Em seguida, manifestou a sua satisfação pela homenagem prestada ao selecionar nacional de futsal Senhor Jorge Braz, que encheu de gente o Salão Nobre do Município.

Posteriormente, e referindo-se à XX edição da Feira do Folar, que considerou a melhor, quer em número de visitantes quer em volume de vendas para o qual terá contribuído a certificação do foliar. Aproveitou para felicitar o Senhor Presidente da Câmara, pelo seu discurso na cessão de abertura

da feira, e pelo facto de ter aproveitado a presença de um governante para reivindicar alguns investimentos e para promover os nossos produtos.

Por último, endereçou os parabéns à Cooperativa de Olivicultores de Valpaços, aos seus colaboradores e associados, pela merecida homenagem ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Fernando Faria Pessoa.

O Senhor Deputado Fernando Pessoa, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais. Seguidamente, lembrou e lamentou a morte trágica de um jovem da aldeia dos Possacos, pedindo justiça para o assassino e ajuda psicológica para a família da vítima.

Posteriormente, mostrou-se agradado com o sucesso da Feira do Folar, considerando que a construção de um novo pavilhão traria ainda mais público e mais expositores ao evento. Continuando, felicitou o Senhor Presidente da Câmara pelos discursos de abertura e de encerramento da Feira do Folar, aproveitou para enaltecer a presença do Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, uma pessoa de bem. Considerou ainda, de grande importância a possibilidade da construção de uma barragem que permita o regadio de grande parte da área agrícola do Concelho.

Em seguida, referiu que presenciou um programa televisivo alusivo ao Concelho de Boticas, onde fazia referência ao Folar Gigante de Botica, assim, o Senhor Deputado mostrou-se desagradado com tal facto por considera que o foliar de Valpaços é único e a Câmara de Boticas deveria considerá-lo para com o Concelho de Valpaços e os seus produtos.

Por último, considera o 25 de Abril uma grande conquista e manifestou o seu empenho em passar aos mais novos os ensinamentos da revolução.

Intervenção do Presidente da Junta de Bouçoães, Senhor António Tabuada Taveira

O Senhor Presidente da Junta de Bouçoães, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

Em seguida, o Senhor Presidente da Junta referiu a importância do novo site do Município no que concerne a transparência municipal, destacou a subida de 98 posições, de 2016 para 2017, do Município de Valpaços, no índice de transparência municipal, ocupando agora o 54.º lugar no total dos 308 municípios portugueses. Continuando, manifestou-se satisfeito com a aposta do Município

de Valpaços nas novas tecnologias, elogiando as recentes funcionalidades bem com toda a informação contida no site oficial do Município.

Posteriormente, referiu a participação do Município na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), que decorreu entre 28 de março e 4 de abril em Lisboa, sendo a maior feira de turismo do país, onde estiveram expostos alguns produtos da região (vinho, azeite, folar e o bolo podre), o que demonstra a aposta do Município no turismo e na divulgação dos seus produtos.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Vítor Manuel Coelho Nogaró**

O Senhor Deputado Vítor Nogaró, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

Seguidamente, lembrou que é um Homem de Abril, porque estava nessa altura a cumprir serviço militar e participou ativamente no desenrolar dos acontecimentos da revolução, no entanto, sem querer tirar o simbolismo e a importância à data, considera que não se justifica uma Assembleia comemorativa até pela configuração do número de anos, pois não se trata 25, 50 ou 75 anos, considera ainda que dos 308 municípios, se contam pelos dedos de uma mão aqueles que realizarão seções solenes comemorativas do 25 de Abril. Continuando, considera que o regime de então estava podre, não acontecendo o 25 de Abril, acontecia o 24, ou 23, porque suspeita que a revolução foi negociada entre o poder político e os militares, mais, considera o 25 de Novembro, tão ou mais importante que o 25 de Abril, este sim, não foi negociado.

Posteriormente, felicitou a Câmara Municipal pelo êxito da XX Edição da Feira do Folar, que mais um ano viu incrementado o seu volume de negócio, resultado da certificação do folar e da divulgação do evento.

Felicitou ainda, a Cooperativa de Olivicultores de Valpaços e os seus órgãos sociais na pessoa do seu presidente da direção, o Senhor Paulo Ribeiro pela forma como receberam e homenagearam o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Luís Vieira, afirmando que os valpacenses sabem reconhecer quem lhe faz bem. Aproveitando a presença do Senhor Secretário de Estado, o Senhor Paulo Ribeiro expôs os problemas da agricultura e as reivindicações dos agricultores, quem foram posteriormente abordados em pormenor pelo Senhor Presidente da Câmara, no discurso de abertura da Feira do Folar, onde, aproveitou mais uma vez, para expor a sua aspiração para a construção de uma barragem que sirva de regadio, por forma a rentabilizar o setor agrícola, tendo o Senhor Secretário de Estado mostrado a sua anuência, no entanto referiu que será necessário um estudo prévio e uma candidatura para avaliar as reais possibilidades para a execução de tal obra. O Senhor Deputado, desafiou e incentivou o Senhor Presidente da

Câmara a avançar com a candidatura e o estudo prévio, apesar do seu elevado custo, considera a obra de tão grande importância para o Concelho que deixaria o nome do Senhor Presidente da Câmara ligado para sempre à história desta terra.

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Doutora Ema Gonçalves**.

A Senhora Deputada Ema Gonçalves, dirigindo-se ao Senhor Deputado Vítor Nogaró, referiu que não reivindicou nenhuma Assembleia comemorativa do 25 de Abril, apenas constatou um facto, mais, até referiu que se demitia de emitir opinião sobre o caso. Continuou referindo que não sendo uma Mulher de Abril, porque *tinha sete ou oito anos na altura*, sofreu da pior maneira o 25 de Abril e o antes do 25 de Abril, sendo o seu pai oficial do exército com presença na guerra do ultramar, a Senhora Deputada, viu a sua família desmembrada nesse período.

Seguidamente, lembrou ao Senhor Deputado Vítor Nogaró que a *História são datas*, o 25 de Abril podia realmente ter acontecido dia 24 ou 23, mas foi no dia 25 e é esse o dia que deve ser comemorado, por essa ordem de razão, referiu, também não existia o 5 outubro de 1910, ou 1 dezembro de 1640. Continuando, referiu que realmente o sistema estava falido, e a revolução era inevitável, *mas aconteceu na madrugada de 25 de abril*.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

O Senhor Presidente Câmara, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes.

Resposta ao Senhor Presidente da Junta de Santa Maria de Émeres, Professor António da Silva

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Santa Maria de Émeres, referente à elaboração de novo regimento, entende que o tempo deve ser limitado no período antes da ordem do dia, no entanto, alerta para o facto de ter de responder a todas as questões levantadas pelos Senhores Deputados e pelos Senhores Presidentes de Junta.

Relativamente à Festa do Bolo Podre, o Senhor Presidente da Câmara confirmou que foi um sucesso com uma excelente organização, relativamente à ausência de elementos do Partido Socialista, excetuando a Senhora Presidente da Junta de S. Pedro da Veiga de Lila, justifica-se pelo facto de não ser ano de eleições, ao contrário da primeira edição.

Relativamente à proliferação de cabos elétricos, reconheceu não dominar esse assunto, prometendo colocar essa questão ao Senhor Engenheiro Eletrotécnico, funcionário do Município. Posteriormente, e em relação ao entulho colocado nas bermas da estrada que liga Santa Maria de Émeres à Silva, o Senhor Presidente da Câmara mostrou-se disponível para acompanhar a situação. Por último, respeitante à limpeza das valetas, o Senhor Presidente da Câmara alertou para o facto de ter apenas uma pessoa a realizar esse trabalho, acrescentando agora duas equipas de intervenção ao abrigo do programa de limpeza de florestas que inicialmente vão limpar a envolvente à Zona Industrial, posteriormente seguirão para a zona do parque de campismo do Rabaçal e por último, irão dedicar-se à limpeza das valetas.

Resposta à Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo

O Senhor Presidente da Câmara, respondendo à Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo, e referindo-se à sugestão da Senhora Deputada para realização de uma assembleia comemorativa para honrar a memória de quem fez o 25 de Abril, lembra os méritos da data, no entanto recorda também que nessa data estava em Angola e preparava-se para vir para Portugal, com a sua família. Considera que muitos dos que são hoje homenageados foram responsáveis por uma descolonização infeliz.

Seguidamente, indo de encontro ao Senhor Deputado Vítor Nogaró, referiu que no seu entender justificar-se-ia a comemoração do 50.º aniversário e aí poderia de facto ser considerado e realizar-se uma assembleia comemorativa, assim, porque só decorrem 44 anos não justifica tal iniciativa.

Resposta ao Senhor Presidente da Junta de Valpaços e Sanfins, António Manuel Castanheira Lopes

Relativamente à homenagem ao selecionador nacional de futsal, Senhor Jorge Braz, o Senhor Presidente da Câmara referiu que se tratou de uma iniciativa “*justa e sentida*”, juntado, familiares, amigos e as diversas associações desportivas do Concelho.

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à XX edição da Feira do Folar, considera ter sido a melhor de sempre, contribuindo para tal: a certificação do Folar e a divulgação que tem sido feita ao longo dos anos através de canais de televisão, rádios, jornais, etc.

Finalmente, deixou um agradecimento à Cooperativa dos Olivicultores, na pessoa do presidente da direção, o Senhor Paulo Ribeiro, pela homenagem ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Doutor Luís Medeiros Vieira a quem o Senhor Presidente da Câmara fez saber das reivindicações do setor primário no Concelho, particularmente a construção de uma barragem que sirva de regadio, abastecimento de água para consumo humano e assista como zona de lazer. Informou que

está já em fase de execução o estudo prévio, que será oportunamente entregue ao Senhor Secretário de Estado.

Resposta ao Senhor Deputado Fernando Faria Pessoa

O Senhor Presidente da Câmara lamentou a morte trágica de um jovem da aldeia de Possacos, filho de um seu amigo, Senhor Manuel Lopes, referindo que disponibilizou ajuda psicológica à família e lembrou que não “*deve haver aproveitamento politico ou outro, dessas situações tão trágicas*”, embora “*a culpa não possa morrer solteira*”. Mais, referiu que esta terra não está habituada a crimes desta natureza e que juntamente com o Senhor Vice-Presidente da Câmara se reuniu de imediato com o Senhor Comandante do Posto da GNR de Valpaços, para se inteirar mais pormenorizadamente do sucedido e das diligências efetuadas nessa noite, podendo afirmar que no que respeita à GNR, tudo fora feito de forma célere e competente.

O Senhor Presidente da Câmara, deixou alguns reparos ao funcionamento da justiça e à falta de meios das forças de segurança bem como à escassez de recursos humanos para fazer patrulhamentos que se revelam tão eficazes.

Seguidamente, dá conta de alguns comentários, relacionados com o referido crime, que circulam nas redes sociais, nomeadamente uns que culpam as forças de segurança e outros os autarcas pelo sucedido. O Senhor Presidente da Câmara, lamenta e repudia tais declarações enquanto reafirma deplorável o aproveitamento desta situação.

Posteriormente, respeitante à Feira do Folar e à construção de um novo pavilhão, lembra que a ser construído não será destinado a stands de vendas, mas sim, para a restauração e para a vertente cultural. Relativamente ao foliar gigante promovido pelo Município de Boticas, o Senhor Presidente da Câmara, informou que já contactou o seu homólogo de Boticas para lhe dar conta do seu desagrado.

Resposta ao Senhor Presidente da Junta de Bouçoães, António Taveira

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à transparência municipal, referiu que é com orgulho que vê o trabalho do Município reconhecido, sendo que vem de posições muito baixas e hoje ocupa o 2.º lugar de Alto Tâmega e o 3.º do Distrito de Vila Real, nesta matéria, alertou, no entanto, que é necessário trabalho constante para não voltar a cair na tabela.

Relativamente à BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), considera um evento de excelência para a divulgação dos produtos da região.

Resposta ao Senhor Deputado Vítor Nogaró

O Senhor presidente da Câmara afirmou que ao longo da sua intervenção foi respondendo às questões levantadas pelo Senhor Deputado Vítor Nogaró, nomeadamente o sucesso da Feira do Folar e a homenagem ao Senhor Secretário de Estado que teve lugar nas instalações da Cooperativa dos Olivicultores de Valpaços.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que, de acordo com a lei e dando cumprimento à ordem de trabalhos, prestou informações à Assembleia Municipal sobre as atividades do Município.

Considerando que a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece que a Assembleia Municipal aprecia em cada uma das suas sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da Câmara Municipal acerca da situação financeira do município;

Considerando que o n.º 4 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro refere que a informação do presidente da Câmara deve fazer referência ao saldo e ao estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.

Levo ao vosso conhecimento o relato da atividade económica e financeira do município de Valpaços a março de 2018.

1 – Disponibilidades

O saldo das disponibilidades em 31 de março de 2018 era de 2.054.410,71 euros, dos quais 8.117,17 euros encontravam-se nas caixas das tesourarias (tesouraria principal e serviço de águas) e 2.046.293,54 euros em contas bancárias tituladas em nome do município.

Do total das disponibilidades existentes em bancos, 1.079.313,72 euros, dizem respeito a garantias e cauções prestadas no âmbito da execução de fornecimentos e obras públicas.

2 – Responsabilidades perante terceiros

A dívida a fornecedores de conta corrente era de 12.324,77 euros. A fornecedores de bens de investimento, devia-se no final do mês de março 2.097,87 euros.

O acordo de pagamento que tínhamos com a RESINORTE, e que havia sido celebrado em

01/12/2013 para acomodar uma dívida de 1.510.994,83 euros, foi totalmente regularizado até 31/12/2017, não existindo atualmente nenhum acordo de pagamento com qualquer fornecedor. Ao nível dos empréstimos, a dívida era de 3.576.335,09 euros, a título de empréstimos de M/L prazo, o que já inclui o empréstimo no âmbito do PAEL cujo capital em dívida à data era de 1.722.160,76 euros.

O prazo médio de pagamento no final do 4º trimestre de 2017 era de 5 dias, em conformidade com a ficha do município na DGAL retirada a 17 de abril de 2018.

3 – Endividamento

O limite da dívida total para o município para o ano 2018, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é de 21.509.246,17 euros.

Considerando que o município tinha uma dívida total a 31 de dezembro de 2017 (excluindo operações extraorçamentais e endividamento excepcionado) de 3.777.194,79 euros, detinha desta forma uma margem absoluta de 17.732.051,38 euros.

Atendendo a que a alínea b) do n.º 3 do Artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que desde que se cumpra o limite da dívida, pode a mesma ser aumentada em 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja, o limite da dívida total para 2018 passa a ser de 7.323.605,07 euros.

A dívida total de operações orçamentais do município em 31 de março de 2018 era de 3.641.298,82 euros, possuindo-se assim, uma margem de 3.682.306,25 euros ao limite da dívida total.

4 – Execução orçamental da receita e da despesa

Ao nível da execução orçamental da receita e da despesa, o orçamento do município para o ano 2018, prevê um total de receitas e despesas de cerca de 16,8 milhões de euros.

Em março, a receita cobrada fixou-se nos 3.802.427,39 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 22,2%.

O total das receitas correntes cobradas fixou-se em 3.127.187,42 euros (taxa de execução de 22%) e a receita de capital em 675.239,97 euros (taxa de execução de 23%).

Ao nível das despesas, foram pagos 2.519.523,31 euros (taxa de execução de 22,55%) de despesas correntes e 1.468.114,46 euros (taxa de execução de 24,61%) de despesas de capital, perfazendo um total de despesas pagas de 3.987.637,77 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 23,26%.

Os compromissos assumidos até ao final de março para a gerência de 2018, importam em 11.200.978,91 euros, dois quais foram pagos 3.987.637,77 euros, estando assim por pagar 7.213.341,14 euros.

No tocante à execução do Plano Plurianual de Investimentos, o total dos compromissos assumidos até março importam em 2.954.833,01 euros, tendo sido pagos a importância de 783.236,34 euros. O saldo para novos cabimentos, era no final de março de 314.922,49 euros, estando assim o PPI cabimentado em 92% da sua dotação disponível.

A execução financeira do PPI no final do mês de março, era de 19,86%.

5 – Processos judiciais em curso

Ao nível dos processos judiciais que contra o município incorrem, para além dos processos movidos pela Águas de Trás-os-Montes (cerca de 2,9 milhões de euros) nos quais são reclamados consumos mínimos e respetivos juros, nos demais, há quatro onde ainda não foi proferida decisão, são eles:

ANO	PROCESSO	VALOR	DECISÃO JUDICIAL	OBS
2010	262/10.5BEMDL	47.438,00	Não	João António Bacalhau Faria – no âmbito da alteração do PDM
2013	255/13.0BEMDL	59.389,00	Não	Juros de mora - Águas
2013	391/13.3BEMDL	93.805,47	Não	Juros de mora - Geogranitos
2013	290/13.9BEMDL	7.181,53	Não	Carlos Manuel Teixeira Batista - Partiu um pé em Carrazedo
2014	309/14.6BEMDL	275.000,00	Não	Manuel Carlos Bruno - Acidente no âmbito do evento «VIII passeio de cicloturismo rota do folar» realizado em 28/03/2010

TOTAL	482.814,00
-------	------------

Queria aqui dar mais uma vez a devida nota, acerca dos processos das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, na qual são exigidos consumos mínimos ao município de Valpaços no âmbito do contrato de concessão outorgado. As Águas reclamam 2.895.840,76 euros de cinco faturas, correspondentes aos consumos mínimos de 2011, 2012, 2013 e 2014, que o município não consumiu.

6 – Apoios às juntas de freguesia

Até ao final do mês de março de 2018, a câmara municipal deliberou apoios monetários, dentro das possibilidades das finanças autarcas, no montante de 448.881,24 euros, para fazer sobretudo a despesas de investimento.

Valverde	DECD	1192			0			08/03/2018	30 453,80 00/01/1900	0,00 0	0,00 0,00
Arranjo envolvente à loja do cidadão de Valpaços - Iluminação exterior	DECD	0			0			00/01/1900	0,00 00/01/1900 0,00 0	0,00	0,00
Arruamentos na cidade de Valpaços - 09/03/2018 15 899,52 09/04/2018 15 Electricidade, Lda	DOM	1193	Elitua - 899,52	0,00 15	1660	899,52		Iluminação	Telecomunicações & Pública na rua Estádio da Cruz		
Alargamento do cemitério em Friões	DECD	1223			0			12/03/2018	56 414,79 00/01/1900	0,00 0	0,00 0,00
Rio Rabaçal - Paineis 14/03/2018 36 900,00 00/01/1900 0,00	DUA	1297			0				informativos/expositivos		
Rio Rabaçal - Criação e homologação de 14/03/2018 91 390,96 00/01/1900	DUA	1298	MEDIA	360,	0	LIMITADA	0,00 0,00				
Rio Rabaçal - Equipamento informático - 14/03/2018 18 450,00 00/01/1900	DUA	1296	0,00	Floema	0	0,00 0,00		percursos			
Rio Rabaçal - Conteúdos informativos e 14/03/2018 24 600,00 00/01/1900	DUA	1294	Mesa 0,00	MEDIA	0	360,	LIMITADA	0,00 0,00	interativa		
Rio Rabaçal - Promoção - Publicidade	DUA	1293	0,00 0	0,00 0,00	0			expositivos			
Rio Rabaçal - Implementação de plano de 14/03/2018 6 137,70 09/04/2018 6 comunicação	DUA	1292			1694			14/03/2018	15 375,00 00/01/1900	0,00 0	0,00 0,00
Rio Rabaçal - Campanha publicitária Geographic	DUA	1290	137,70	MEDIA	0	360,	LIMITADA	0,00 6 137,70			
Abastecimento de água em Tinhela CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA 0,00 64	DOM	1272		National	1661			14/03/2018	24 600,00 00/01/1900	0,00 0	0,00 0,00
Beneficiação do cemitério antigo em - Ajudamento	DEV	1270			0				PERPENDICULAR ALEATORIA - 64 673,25 09/04/2018 64 CIVIL, UNIPessoal, LDA		
Promoção das TIC - Aquisição de 14/03/2018 16 522,49 00/01/1900	DA	1300	673,25		0			13/03/2018		673,25	
Promoção das TIC - Hardware para 14/03/2018 91 413,60 00/01/1900	DA	1299		Valpaços	0			13/03/2018	9 585,79 00/01/1900 0,00	0 0,00	0,00
Promoção das TIC - Instalação de equipamentos para processamento de informação	DA	1301	0,00 0	software 0,00 0,00	0						
Promoção das TIC - Instalação de equipamentos para processamento de informação	DECD	1303			0				datacenter e networking		
Arranjo Urbanístico na envolvente à Santa Valha	DOM	1305			1703			14/03/2018	20 295,00 00/01/1900	0,00 0	0,00 0,00
Construção de depósito de água em NCX- Alvarelos ENGENHARIA E GESTÃO, LDA.	DF	1380		igreja de	1690			15/03/2018	53 719,74 00/01/1900	0,00 0	0,00 0,00
Aquisição de viatura - Proteção civil 500,00	DOM	1375			1743				CONSTRUÇÃO, 19 999,00 11/04/2018 19	999,00	0,00 19
Construção ou beneficiação da rede de Inertes do Mosteirão, Areias e lugares do 19/03/2018 47 781,45	DECD	1377	999,00		0			15/03/2018			
	DOM	1332			1719				FILINTO MOTA, 19 500,00 10/04/2018 19	500,00	0,00 19
	DECD	1815			0			19/03/2018	SUCESORES,S.A.		
	DECD	1807			0			16/04/2018	abastecimento de água em vários		

Britas, Lda. concelho - (Cubo)

Construção de campo de futebol em Fornos
19/03/2018 80 308,48 00/01/1900 0,00 0 0,00 0,00 do Pinhal

Abastecimento de água às Bouças e Ermidas 16/03/2018 12 646,00 13/04/2018 12 646,00 CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA 0,00 12 646,00

PERPENDICULAR ALEATORIA -

CIVIL, UNIPESSOAL, LDA

Aquisição de equipamento informático -

17/04/2018 9 119,00 00/01/1900 0,00 0 0,00 0,00

Candidatura Norte-08-5266-FSE-000184

Aquisição de equipamento informático -

17/04/2018 9 119,00 00/01/1900 0,00 0 0,00 0,00

Candidatura Norte-08-5266-FSE-000178

Aquisição de mobiliário - Candidatura
08-5266-FSE-000184 00/01/1900 0,00

DECD	0	Norte-		0		00/01/1900	0,00 0 0,00 0,00		
DECD	1829			0		18/04/2018	8 486,77 00/01/1900 0,00	0 0,00	0,00

Aquisição de equipamento desportivo -

Candidatura Norte-08-5266-FSE-000184

8 – Outros assuntos

O senhor Presidente da Câmara, informou que as obras do novo Hospital decorrem a bom ritmo não tendo a assinalar qualquer constrangimento.

Seguidamente, anunciou a implementação de um programa destinado ao combate ao insucesso escolar, no âmbito do programa Portugal 2020, com duração de 3 anos, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Valpaços, Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Valpaços, Cruz Vermelha de Valpaços, Santa Casa da Misericórdia de Valpaços, Casa do Povo de Vilarandelo e a Junta de Freguesia de Valpaços e Sanfins. No âmbito do PDR2020, informou que Valpaços, até à data, é responsável por um investimento no setor primário de 49.000.000,00€

Destacou, ainda, dados do INE, onde Valpaços é o concelho no distrito de Vila Real com o melhor saldo no que respeita à balança comercial e o 2.º em relação ao distrito de Bragança, superado apenas pelo Concelho de Bragança.

Deu conta do incumprimento por parte da Autoridade Tributária e do Ministério da Agricultura, relativamente à renda devida pela utilização das instalações da loja de cidadão, assim, caso a situação se mantenha, o Senhor Presidente da Câmara, prometeu “*encerrar as portas*” dessas instalações.

Seguidamente, deu conta de outras situações de incumprimento da Administração Central para com o Município de Valpaços, nomeadamente quanto à intervenção qua está a ser operada na Escola Secundária de Valpaços, onde seria acolhido 85% do investimento ao abrigo do “QREN”, 7,5% da responsabilidade de estado e os restantes 7,5% imputados à autarquia, assim, até à data, o Município suportou 400.000,00€ sem qualquer ajuda das restantes entidades. O Senhor Presidente da Câmara, deu nota, que tem diligenciado com as Infraestruturas de Portugal no sentido de

resolver a situação da variante de Carrazedo de Montenegro, onde foi suprimida parte da estrada nacional e as autoridades competentes não parecem preocupadas com a situação.

Posteriormente, informou que estariam previstos 220.000.000,00€ em sede de FEDER destinados à região norte, que à última hora foram afetados ao Fundo Social de Emergência por proposta do Governo para pagamento de despesa corrente.

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à candidatura para acolher a sede dos GIPS em Valpaços, informou que apesar de todos os esforços efetuados, e considerar que Valpaços oferecia excelentes condições, não foi escolhida em detrimento de Mirandela como forma de premiar politicamente a atual presidente da Câmara eleito pelas listas do PS.

Informou, no âmbito da proteção civil, que decorreram no passado dia 15, 16 e 17 de março ações de sensibilização de limpeza, conjuntamente com a GNR, GIPS e CECNA, destacando a atribuição de uma equipa de intervenção permanente para Valpaços.

Seguidamente, referiu que no que respeita à luta biológica contra vespa da galha do castanheiro, o Município irá suportar, na íntegra, o custo com as largadas do parasitoide nos pontos identificados pela REFCAST.

Por último, destacou a requalificação das praias fluviais do Rabaçal, Possacos/Fornos de Pinhal, Rio Torto e Ribeira da Fraga, objeto de candidatura do programa PROVERE 2020, no valor de 500.000,00€ montante que chegará aos 700.000,00€ com o contributo do Município, apresentando de seguida, os projetos em formato audiovisual.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal, Senhora Doutora Ema Gonçalo

A Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo, e relativamente à pretérita reunião da Assembleia Municipal no âmbito das votações do quadro do pessoal, começou por referir que pensa, mas não afirma, quando o seu partido se absteve ou votou contra qualquer quadro do pessoal é porque essa votação foi feita conjuntamente com o plano de atividades, continuando, referiu que por diversas vezes o seu partido reivindicou a separação dos dois assuntos para poderem votar favoravelmente o quadro de pessoal e terem uma opção política relativamente ao plano de atividades.

Felicitou o Senhor Presidente da Câmara pelos projetos de requalificação das praias fluviais do Concelho.

Continuando, e referindo-se à descentralização, manifestou-se frontalmente contra, nomeadamente em áreas importantes como a educação, segurança social e saúde.

Relativamente à educação, a Senhora Doutora Ema Gonçalo, e respeitante a um projeto que estará em marcha neste e noutros municípios que visa o combate do insucesso escolar, manifestou-se frontalmente contra, na medida que existem centenas de professores sem componente letiva, que estão deslocados da sua residência que poderiam e deviam assegurar esse trabalho, questionado ainda a competência das equipas formadas nos municípios para assegurar esses projetos. Assim, considera que tal medida não vai trazer resultados práticos, ao contrário, por exemplo, o fim das retenções escolares que custam ao estado mais de 900.000.000,00€ por ano, seria uma medida a ter em consideração

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

Respondendo à **Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo**, o **Senhor Presidente da Câmara**, relativamente à votação do mapa de pessoal, confirma que houve votação conjunta, nomeadamente com o orçamento, assim, considera que o Partido Socialista deveria na altura fazer essa ressalva, porque em ata constam somente os votos contra ou as abstenções.

Seguidamente, mostrou-se favorável à descentralização nalgumas áreas, justificando com a relação de proximidade entre autarcas e a população, ressaltou, no entanto, que desconhece as matérias a descentralizar nas áreas da saúde e educação.

2 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do relatório e contas de 2017, assim como o inventário dos bens, direitos e obrigações.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para se pronunciar sobre a proposta apresentada.

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o assunto em apreço com auxílio de meio audiovisual, onde se pode destacar o seguinte:

Execução do orçamento:

O orçamento inicial para 2017 previa uma dotação de 15.501.838,00€ comparando com os 14.472.345,00€ de 2016, assim, verificamos um diferencial de apenas 29.493,00€ o que vem refutar as críticas daquelas que consideram o orçamento de 2017 eleitoralista.

Refira-se que o orçamento final situou-se em 19.922.237,59€ verificando-se um desvio de

4.420.399,59€, que é justificado pela inclusão da conta de gerência e pelas verbas de candidatura comunitárias devidamente aprovadas.

No triénio 2015/17, a taxa de execução da receita foi superior a 85%, pelo que o município de Valpaços deu cumprimento à disposição legal prevista no RFALEI.

Execução Orçamental da Receita

A autonomia financeira da autarquia depende dos meios colocados ao seu dispor para a prossecução dos fins próprios, sendo relevante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fundos externos, nomeadamente estatais (Orçamento do Estado), comunitários (FEDER, QREN e Portugal 2020), contratos-programa e passivos financeiros (Empréstimos).

Num orçamento inicial de 15.501.838,00€, o desvio negativo da receita foi de 220.681,17€ (1,42%), o que denota a preocupação de não sobreavaliar as receitas e o rigor na elaboração e execução do orçamento municipal.

Dentro das receitas fiscais o IMI é que mais contribui para o erário municipal, responsável pela arrecadação de 1.143.243,47€ No capítulo das taxas, o saneamento é que mais gerou receitas para a autarquia 369.874,75€ pese embora o montante arrecadado ser manifestamente insuficiente para ocorrer às despesas suportadas com o tratamento das águas residuais.

Execução Orçamental da Despesa

Refira-se que despesas correntes, com exceção da rubrica transferências correntes, tiveram uma execução que se revelou inferior aos valores que inicialmente foram propostos, as demais rubricas tiveram execução superior ao inicialmente previsto.

O não pagamento dos compromissos assumidos não se deve há falta de disponibilidade financeira ou de fundos disponíveis, mas sim à execução física dos projetos.

No triénio 2015/17, nota-se um aumento na despesa de 2.434.731,59€

Refira-se que a subida considerável na despesa de investimento deve-se ao esforço do município, usando para tal os seus próprios recursos atendendo ao fecho do quadro comunitário de apoio e à não contratualização de empréstimos, que permite uma significativa poupança de juros e outros encargos.

Equilíbrio e Estabilidade Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, foi escrupulosamente cumprindo, sendo que, estabelece que o orçamento deve prever receitas para cobrir as despesas, não exigindo igualdade substancial, ou seja, a cobertura de certos tipos de despesa por certos tipos de receita, mas obriga a que as receitas correntes sejam pelo menos iguais às despesas correntes.

Análise das Grandes Opções do Plano

Para o cálculo do grau de execução do PPI, considerou-se o volume de despesa paga relativamente ao volume de dotações corrigidas e inscritas no Plano.

O valor inicialmente previsto para o PPI totalizava 4.014.856€ tendo sido objeto de um incremento no valor de 2.666.590,59€ originando uma dotação corrigida de 6.681.446,59€

A rede viária e sinalização com uma execução de 82,68%, consumiu 1.537.526,73€ o que equivale em termos relativos a 30,31% do total das despesas pagas no PPI, revelando-se o objetivo que mais recursos consumiu ao plano de investimentos.

A variação no triénio 2015/17 foi de 1.663.230,81€ representando em termos relativos 48,79% de acréscimo ao investimento realizado.

Resumo dos Movimentos Financeiros de 2017

O saldo a transitar para o ano 2018 no que respeita a operações orçamentais é de 1.073.761,52€

Em disponibilidades, detinha o município em 31/12/2017, 2.378.211,27€ como se verifica no resumo diário de tesouraria do fecho da gerência, coincidindo com os saldos apurados no término da gerência.

O saldo apurado da conta orçamental (1.073.761,52€), depois de devidamente aprovado pela digníssima Assembleia Municipal, pode ser integrado na execução orçamental do ano 2018, através de uma revisão ao orçamento.

Prazo Médio de Pagamento

O prazo médio de pagamento do Município de Valpaços em 31/12/2017 era de 7 dias, em 31/12/2016 situava-se em 15 dias, e de 28 dias em 31/12/2015.

Análise da Dívida do Município

Na gerência de 2017 o município reduziu em 21,30% há dívida total existente a 31/12/2016. O ano de 2017 é no quinquénio 2013/17 o que demonstra menor dívida municipal, ascendendo a 3.726.299,52€

O município encontra-se dentro dos limites da dívida total previsto no regime financeiro das autarquias, utilizando para tal 17,70% da sua capacidade máxima permitida.

O auditor externo considera que os documentos de gestão apresentados cumprem todos o requisitos legais, apenas deixando reserva ao contencioso entre o Município de Valpaços e a empresa Águas de Trás-Os-Montes.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal, Senhora Doutora Ema Gonçalo

A Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo, começou por felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela forma inovadora como apresentou o tema.

Seguidamente, anunciou que vai votar contra este orçamento, porque anteriormente votou contra o plano de atividades, ora, não concordando com as prioridades não pode concordar com a aplicação de recursos nessas prioridades.

Por último, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, afirmou que: “*um oceano nos separa no contributo que a oposição deve dar para a conceção do plano e aquilo que a lei diz*”. Considera que, cumprindo a lei, a obrigação da Câmara é dar conhecimento do documento à oposição, no entanto, se o Presidente da Câmara quiser realmente o contributo para elaboração do documento, então chama os interessados e põe o plano à sua consideração.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró

O Senhor Deputado, começou por felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela forma inovadora como apresentou o relatório e contas de 2017.

“*Voltando atrás*” e no que respeita aos 220.000.000,00€ que estariam previstos no Orçamento de Estado para a região norte e foram “*desviados*”, entende que a gravidade maior concerne no destino desses fundos, que estavam designados ao investimento e vão ser usados para despesas correntes. Seguidamente, indo de encontro às preocupações do Senhor Presidente da Câmara, no que concerne ao incumprimento por parte da administração central para com o Município, o Senhor Deputado, referiu que contrariamente ao que o Governo, com ajuda da comunicação social, diz a austeridade não terminou, tem é outros nomes, referindo-se, por exemplo ao aumento dos impostos indiretos.

Relativamente ao orçamento e contas de 2017, o Senhor Deputado destacou a taxa de execução da receita que se situou em 93,24%, o que considera “*muito bom*”, referiu ainda que para evitar empolgamento dos orçamentos, a lei obriga a uma taxa de execução mínima de 85%, já a despesa teve uma taxa de execução de 87,55%.

Destacou, o aumento da receita do IMI, em ralação a 2016, pese embora as isenções para contribuintes de mais fracos rendimentos serem agora automáticas, o que alarga o respetivo leque de isenções, considera, que esse fator é compensado com o fim das isenções dos prédios novos.

Relativamente ao IMT, considera que a variação não pode ser tida em conta na evolução económica do concelho, visto o número de variáveis consideradas não permitir uma análise verosímil.

Salientou ainda, o comprimento do princípio de equilíbrio orçamental, com as receitas correntes a serem superiores às despesas correntes, transitando depois para as despesas de capital. Finalmente, referindo-se ao parecer do revisor oficial de contas, apenas deixa reserva para o contencioso que opõem o Município e a empresa Águas de Trás-Os-Montes, sobejamente conhecido, o Revisor considera que o relatório de gestão em apreço, cumpre os requisitos legais e regulamentares em

vigor não sendo identificada qualquer incorreção, assim considera que os documentos de gestão merecem a aprovação do grupo parlamentar do Partido Social Democrata.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

Resposta à Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo

Respondendo à Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo, considera que ao invés de não apresentar qualquer ideia, a participação do PS na elaboração do orçamento seria sempre bemvinda, e tida em consideração desde que concorra para os objetivos da gestão do município.

Resposta ao Senhor Deputado Vítor Nogaró

Respondendo ao **Senhor Deputado Vítor Nogaró**, o **Senhor Presidente da Câmara**, agradeceu as palavras elogiosas e deixou a promessa de continuar a aprender e melhorar, no que respeita à área financeira.

Concordando, com o Senhor Deputado, considera que a austeridade não chegou ao fim afirmando que temos de momento a maior carga fiscal dos últimos 23 anos.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM TRÊS VOTOS CONTRA**.

3 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 1.ª revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento do ano 2018 O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para se pronunciar sobre a proposta apresentada

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesa não prevista ou insuficientemente dotada, o orçamento e o PPI podem ser objeto de revisões e alterações.

Nesta revisão orçamental o orçamento da receita foi dotado na rubrica *160101-Saldo da gerência anterior*, abrangendo esta o saldo apurado e agora aprovado, da gerência de 2017 no valor de 1.073.761,52 euros, que se pretende incorporar na execução orçamental do período de 2018. O montante a incorporar permitirá um incremento orçamental ao nível das despesas de capital,

nomeadamente as previstas no PPI, reforçando-se alguns projetos de investimento que constam já do PPI e criando-se 12 novos projetos, a saber:

OBJ.	CLASS. ECON.	PROJET /AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA PRÉ REVISÃO	ALTERAÇÃO		DOTAÇÃO CORRIGIDA APÓS REVISÃO	ANOS SEGUINTE	
						REFORÇO	DIMINUIÇÃO		2019	2020
1.			Funções gerais							

1.1.
1.1.1.
1.1.1.2.

Serviços gerais de administração pública
Administração geral
Aquisição e rep.máquinas, viaturas e outros equipamentos

1.1.1.2.	01	2018	I	1	02/070107 Aquisição de computadores e outro equipamento informático 10.000,00 65.350,00 5.000,00 70.350,00						
1.1.1.2.	03	2018	I	3							
1.1.1.2.	12	2018	I	96	02/07011002 Aquisição de máquinas 5.000,00 30.000,00						20.108,00
2.											
2.1.											
2.1.1.											
2.1.1.2.											
2.1.1.2.	03	2018	I	15							
2.4.											
2.4.2.3.											
2.4.2.3.	03	2018	I	24							
2.4.2.3.	05	2018	I	97							
2.4.4.											
2.4.4.	03	2018	I	37							
2.4.4.	04	2018	I	38							
2.4.4.	05	2018	I	39							
2.4.4.	10	2018	I	44							
2.4.4.	11	2018	I	98							
2.4.4.	12	2018	I	99							
2.4.6.											
2.4.6.1.											
2.4.6.1.	01	2017	I	70							
2.4.6.2.											
2.4.6.2.	05	2016	I	126							
2.4.6.2.	07	2017	I	77							
2.4.6.2.	10	2017	I	80							
2.4.6.2.	15	2017	I	85							
2.4.6.2.	02	2018	I	51							
2.4.6.2.	03	2018	I	52							
2.4.6.2.	04	2018	I	53							
2.4.6.2.	10	2018	I	94							

15.000,00 15.000,00

02/070205 Aquisição de duas viaturas em regime de locação financeira 0,00 0,00 20.108,00 20.108,00 20.108,00

Funções sociais

Educação

Ensino não superior

Ensino Básico

02/07010305 Construção de uma portaria para o centro escolar de Valpaços 15.000,00 16.580,00 2.000,00 18.580,00

Habitação e serviços coletivos

Arranjos urbanísticos

02/07030301 Embelezamento da rotunda da Av.ª dos Colmeais em Valpaços 500,00 500,00 20.000,00 20.500,00

Arranjo urbanístico da envolvente à capela do bairro da casa branca
02/07030313 0,00 0,00 16.065,00 16.065,00 em Valpaços

Abastecimento de Água

02/07030307 Construção de depósito de água em Alvarelos 26.700,00 26.700,00 5.000,00 21.700,00
02/07030307 Construção de depósito de água em Lama de Ouriço 30.000,00 30.000,00 30.000,00 0,00
Construção de depósito de água no cruzamento da estrada municipal
02/07030307 30.000,00 57.980,00 3.500,00 54.480,00
544 com a ligação a Monte de Arcas

02/07030307 Construção ou beneficiação de reservatórios de água no concelho 1.500,00 1.500,00 1.500,00 0,00
02/07030307 Abastecimento de água em Pardelinha e Santa Valha 0,00 0,00 63.600,00 63.600,00

02/07030307 Abastecimento de água em Valpaços 0,00 0,00 38.160,00 38.160,00

Proteção do meio ambiente e conservação da natureza

Higiene pública

02/07030313 Construção de um WC no largo da feira em Valpaços 500,00 500,00 500,00 0,00
Cemitérios

02/07010307 Casa mortuária em Rio Torto 20.000,00 20.000,00 2.990,00 17.010,00
02/07010307 Capela mortuária em Fonte Mercê 80.000,00 67,00 30.000,00 30.067,00 50.000,00

02/07030312 Beneficiação do cemitério antigo em Valpaços 500,00 9.600,00 6.000,00 15.600,00

02/07030312 Alargamento do cemitério em Veiga de Lila 500,00 500,00 15.500,00 16.000,00

02/07010307 Capela mortuária no Pereiro 500,00 500,00 20.000,00 20.500,00

02/07010307 Construção ou beneficiação de capelas mortuárias 1.500,00 1.500,00 1.500,00 0,00
02/07010307 Construção ou beneficiação de cemitérios no concelho 1.500,00 1.500,00 1.500,00 0,00
02/07030312 Ampliação do cemitério em Argeriz 0,00 0,00 60.000,00

2.4.6.3. 2.4.6.3.

Parques florestais e jardins

2.4.6.3.

2.4.6.3.

02/07030313	02	2017	
I	90		
Requalificação	do património natural e cultural		
500,00	500,00	500,00	
0,00			
02/070301	01	2018	I
58	Aquisição de terreno para parque verde da		
cidade	500,00	500,00	500,00
0,00			

2.4.6.3.		02	2018	I	59	02/07030313 Percursos do Rio Rabaçal 500,00 500,00 500,00 02/07011002 Aquisição de mobiliário urbano 10.000,00 5.000,00	0,00 2.500,00								
	7.500,00														
2.4.6.3.		03	2018	I	61										
	Serviços					culturais, recreativos e religiosos									
2.5.															
2.5.1.	Cultura														
2.5.1.		01	2018	I	64	02/07011002 Equipamento de cinema 500,00 500,00 84.135,00 84.635,00									
2.5.2.						Desporto, recreio e lazer									
2.5.2.		05	2016	I	50										
2.5.2.		06	2017	I	100	02/07010406 Construção de um campo de futebol de praia, em									
3.															
3.2.															
3.2.		04	2017	I	113										
3.3.															
3.3.1.															
3.3.1.1.															
3.3.1.1.		05	2016	I	63										
3.3.1.1.		36	2016	I	80										
3.3.1.1.		46	2016	I	90										
3.3.1.1.		65	2016	I	145										
3.3.1.1.		67	2016	I	150										
3.3.1.1.		59	2017	I	172										
3.3.1.1.		01	2018	I	57										
3.3.1.1.		02	2018	I	60										
3.3.1.1.		05	2018	I	66										
3.3.1.1.		09	2018	I	71										
3.3.1.1.		10	2018	I	73										
3.3.1.1.		11	2018	I	75										
3.3.1.1.		13	2018	I	85										
3.3.1.1.		14	2018	I	86										
3.3.1.1.		15	2018	I	87										
3.3.1.1.		16	2018	I	88										
3.3.1.1.		17	2018	I	89										
3.3.1.1.		18	2018	I	90										

02/07010406 Construção de campo de futebol em Fornos do Pinhal 500,00 81.000,00 690,00 80.310,00
Funções económicas

Valpaços 500,00 500,00 500,00 0,00

02/07030304 Infraestruturas elétricas na rua Joaquim Castro Lopo em Valpaços 25.000,00 25.000,00 25.000,00 0,00
Transportes e comunicações

Transportes rodoviários

Rede viária e sinalização

02/07030308 Beneficiação da M 544 de Fornos do Pinhal a Santa Valha 500,00 500,00 93.745,00 94.245,00

02/07030308 Beneficiação da Avª dos bombeiros, em Carrizado de Montenegro 500,00 500,00 500,00 0,00
02/07030308 Beneficiação do CM 1106 da EN 314 a Corveira 500,00 500,00 500,00 0,00
02/07030308 Pavimentação do CM que liga Cabanas a Valizelos 500,00 500,00 500,00 0,00
02/07030301 Arruamentos em Vale do Campo 500,00 500,00 500,00 0,00
02/07030301 Arruamentos em Valpaços 65.000,00 35.000,00 3.405,00 31.595,00
02/07030301 Estrada de Cabanas a Valizelos 500,00 500,00 500,00 0,00 10.000,00
02/07030301 Parque de estacionamento e lazer em Carrizado de Montenegro 500,00 500,00 178.490,00 178.990,00

02/07030309 Sinalização horizontal no concelho 5.000,00 15.000,00 3.530,00 11.470,00
02/07030309 Construção de pontões 5.000,00 5.000,00 5.000,00 0,00
02/07030301 Construção de sinalização vertical e horizontal no concelho 500,00 500,00 10.138,52 10.638,52

02/07030308 Pavimentação da ligação da M314 (Serapicos), Avelada, ao CM 1085 500,00 500,00 500,00 0,00
Cortes na R206 do coletor de águas residuais de Argeriz, provenientes
02/07030301 0,00 0,00 40.000,00 40.000,00 de Argemil e Ribas

02/07030301 Pavimentação de arruamentos em Ribas 0,00 0,00 119.735,00 119.735,00

Arranjo da zona envolvente ao santuário da Nossa Sra. Dos Milagres,
02/07030301 0,00 0,00 153.700,00 153.700,00 em Vilarandelo

02/07030301 Arruamentos nos Possacos 0,00 0,00 30.000,00 30.000,00

02/07030301 Arruamentos em Vassal 0,00 0,00 30.000,00 30.000,00

02/07030301 Arruamentos em S. Pedro 0,00 0,00 20.000,00 20.000,00

3.3.1.1. 02/07030301 19 2018 I 91 Arruamentos em Serapicos 0,00 0,00 100.000,00 100.000,00

3.4.1. 3.4. Mercados e feiras Comércio e turismo

3.4.1.	02/07010307	02	2017	I	183	Armazém de apoio ao pavilhão multiusos	500,00	500,00		500,00	0,00		
3.4.1.	02/07030313	01	2018	I	81	Percursos temáticos- Sinalética	500,00	500,00		500,00	0,00		
4.						Outras funções							
4.3.						Diversas não especificadas							
4.3.3.						Outras funções							
4.3.3.	02/070301	01	2018	I	82	Aquisição de terrenos	500,00	72.500,00	20.000,00		92.500,00		
TOTAL							342.700,00	509.277,00	1.178.876,52	105.115,00	1.523.038,52	80.108,00	20.108,00

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**

4 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas da Câmara Municipal

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre a proposta apresentada.

Como certamente é do conhecimento desta Assembleia, as contas da câmara municipal, para além de serem auditadas pelo Tribunal de Contas e pela DGAL, são certificadas desde o ano 2007 por uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que anualmente emite a certificação legal de contas dada aqui a conhecer a este órgão.

A obrigatoriedade de certificação das contas encontra o seu enquadramento legal na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), nomeadamente no seu artigo 76º.

Compete ao auditor externo, em conformidade com o artigo 77º da Lei das Finanças Locais, proceder à revisão anual das contas do município, nomeadamente verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte; Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município; Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título; Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira; Emitir parecer sobre os

documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinadas pela assembleia municipal.

Tratando-se a sua designação da competência da Assembleia Municipal, como determina o n.º 1 do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vem aqui esta proposta de nomeação da sociedade «RSM & Associados – SROC, Lda.», para assumir a posição de auditor externo responsável pela certificação legal de contas, e por se mostrar adequada aos interesses do município.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

5 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 2.ª alteração ao regulamento municipal de atribuição de bolsas de estudo.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para se pronunciar sobre a proposta apresentada.

Como certamente é do conhecimento desta Assembleia, a Câmara Municipal ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, tem apoiado os estudantes do concelho que frequentem o ensino superior com o montante de 500 euros, verba essa que é certamente um ajuda para o pagamento das propinas.

O atual regulamento contempla o apoio a 40 bolseiros, o que origina um impacto financeiro no erário municipal de 20 mil euros/ano.

O número de candidatos tem vindo a aumentar, e as 40 bolsas têm-se revelado insuficientes para atender a tanta procura.

Para o ano letivo 2018/2019, ficaram de fora 16 candidatos que cumpriam escrupulosamente os critérios do nosso regulamento, porém o mesmo apenas contempla 40.

Por forma a evitar que haja alunos excluídos, entendeu o Executivo Camarário alargar o número de bolseiros dos atuais 40 para 80.

Por se tratar de um Regulamento cuja sua aplicação tem uma eficácia externa, foi o mesmo sujeito a audiência pública, pelo prazo de 30 dias úteis, estando agora em condições de poder ser votado por este órgão municipal.

Esta alteração consiste tão só no alargamento de 40 para 80 o número de bolsas de estudo a atribuir a estudantes residentes no concelho e que frequentem um nível superior de ensino, mantendo-se o apoio nos atuais 500 euros.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Émeres, Senhor Professor António Augusto Batista da Silva

O Senhor Presidente da Junta, na qualidade de professor, pai e encarregado de educação, começou por felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela iniciativa que considera “*louvável*”, mostrando-se ainda muito satisfeito pelo facto de ter sido alargado o número de beneficiários e o montante atribuído.

Finalmente, considera que tudo o que se possa investir na educação, instrução e escolarização dos jovens é uma insignificância face ao retorno que pode trazer.

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Doutora Ema Gonçalo

A senhora deputada começou por referir que irá votar favoravelmente esta proposta, até pela relação afetiva que tem pela educação, no entanto, propõe o alargamento desta ajuda a todos os alunos, alertando para os elevados custos que são suportados pelas famílias com jovens universitários.

Alertou, ainda para as injustiças que se criam com famílias sem carências económicas e que beneficiam de ajudas contrapondo com outras mais necessitadas e não recebem qualquer auxílio.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Vítor Machado

O Senhor Deputado, felicitou a Câmara Municipal pela proposta apresentada, referindo que como docente do ensino superior pode confirmar as dificuldades por que passam alguns alunos para pagarem as respetivas propinas e demais encargos.

Concluindo, referiu que “*não se deve dar a todos, mas sim a quem realmente precisa*”, por isso é social-democrata e não socialista.

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Doutora Ema Gonçalves

Respondendo ao Senhor Deputado Vítor Machado, referiu que: *“dar a todos o mesmo não é difícil, o que é difícil é dar às pessoas de acordo com as necessidades delas”*, ressaltando que é difícil aferir quem realmente precisa mais. Finalizando afirmou que: *“tratar todos por igual o que é diferente é uma grande injustiça”*.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Émeres Senhor Professor António Augusto Batista da Silva, à Deputada Municipal Senhora Doutora Ema Gonçalves e ao Deputado Municipal Senhor Vítor Machado.

O Senhor Presidente da Câmara realçou o esforço financeiro levado a cabo pela autarquia no sentido de ir alargando o número de bolsheiros abrangidos pela medida bem como o incremento do valor do apoio, mostrando-se sensível aos encargos suportados pelas famílias com os gastos dos estudantes.

Seguidamente, em desacordo com a Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalves, referiu que não pode dar a todos por igual beneficiando, assim, as famílias com mais altos rendimentos criando então grandes injustiças, sendo certo que a única forma de aferir o rendimento das famílias é através da declaração de IRS. Referiu ainda, que as bolsas devem ser direcionadas para situações de maior carência económica, afirmando que a margem deste regulamento, e em situações pontuais, está sempre disponível para ajudar aqueles alunos que passem por dificuldades económicas.

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Doutora Ema Gonçalves

A Senhora Deputada, esclareceu que o dar a todos não significa dar de forma igual, mas sim dar de forma diferenciada conforme as necessidades.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

6 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da designação do júri de recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau

- Chefe de divisão de Espaços Verdes;

Atendendo a que compete à Assembleia Municipal a designação do júri do procedimento concursal, como determina a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, no seu artigo 13º, vem aqui esta proposta com o intuito de designar para o concurso de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de divisão dos espaços verdes, personalidades de reconhecido mérito, designadamente:

- Dr. Manuel Augusto da Silva Barreira, que desempenha funções de Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças do Município de Boticas;
- Eng.º Inácio Morais, que desempenha funções de chefe de divisão dos recursos operativos na Câmara Municipal de Chaves; e
- Arquiteto Carlos Alberto Barros Costa Pinto, que é chefe de divisão de Ambiente e Urbanismo na Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Doutora Ema Gonçalves

A Senhora Deputada, recordou que o Partido Socialista, na anterior assembleia votou contra a extinção da Divisão de Ação Social e a criação da Divisão de Espaços Verdes, assim, em coerência com a condição que está subjacente à criação do júri, não pondo em causa a sua competência, anunciou que o Partido Socialista não vai votar favoravelmente. Finalmente, informou que o seu partido votará favoravelmente o ponto seguinte.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM TRÊS ABSTENÇÕES**.

7 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da designação do júri de recrutamento para o cargo de direção intermédia de 1.º grau

- Diretor do departamento de finanças e Património;

No âmbito da alteração da estrutura orgânica do município de Valpaços, aprovada nesta Assembleia Municipal do passado mês de fevereiro, foi criado o Departamento de Finanças e Património.

Nessa sequência, e por forma a lançar o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 1º grau, Diretor de Departamento de Finanças e Património, torna-se necessário que esta Assembleia Municipal delibere a constituição do júri do procedimento, constituído por personalidades de reconhecido mérito, designadamente:

- Dr. Marcelo Caetano Delgado, em funções na Câmara Municipal de Chaves, no cargo de Diretor de Departamento de Administração Geral;
- Dr. Manuel Augusto da Silva Barreira, que desempenha funções de Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças do Município de Boticas;
- Professor Doutor Ramiro Gonçalves, que desempenha atualmente as funções de primeiro secretário executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Vítor Nogaró

O Senhor Deputado, anunciou que o assunto em discussão merecerá o seu voto favorável e desejou a melhor sorte aos concorrentes internos para os respetivos concursos de Chefe de Divisão de Espaços Verdes e Diretor do Departamento de Finanças e Património, respetivamente, a Senhora Engenheira Paula Magalhães e o Senhor Doutor Francisco Lavrador, dois excelentes funcionários.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

8 - Apreciação do relatório e contas do ano de 2017 da empresa local “EHATB – Empreendimentos Hidrelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.”.

O município de Valpaços detém, conjuntamente com os demais municípios do Alto Tâmega, 100% do capital da empresa local «EHATB».

Por imperativos legais compete à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, no âmbito das suas competências de apreciação e fiscalização, acompanhar a gestão desta empresa local.

As peças contabilísticas foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia, das quais à a destacar a perda de faturação. A variação de 2016 para 2017 foi negativa em 1.882.623 euros.

Naturalmente se não chove as hídricas não produzem energia, não tendo essa perda sido compensada pela energia eólica.

Os gastos que a empresa suportou em 2017 fixaram-se nos 9.299.159 euros (Em 2016 foram de 9.375.932 euros).

Os resultados antes de impostos foram positivos em 323.960 euros (Em 2016 este resultado foi de 2.056.999 euros), sendo depois de impostos reduzidos para menos 16.906,50 euros.

Se não há produção de energia a atividade da empresa tem de ser ajustada, o foi aquilo que foi feito por parte do conselho de administração da empresa.

É o que me cumpre informar.

Intervenção destinada ao público, requerida pelos Bombeiros Voluntários de Valpaços, na pessoa do Presidente da Direção Senhor Amílcar Mesquita.

O Senhor Amílcar Mesquita começou por cumprimentar todos os presentes e agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia a oportunidade que lhe concede para poder esclarecer a interpolação do Senhor Deputado Luís Vasco, na última seção da Assembleia Municipal..

Seguidamente, referiu que os Bombeiros de Valpaços estão *“bem e recomendam-se”*, manifestando a disponibilidade de esclarecer qualquer questão relativamente à sua operacionalidade e à sua gestão.

Referindo-se ao Senhor Deputado Municipal Luís Vasco, esclareceu que os Bombeiros de Valpaços não têm falta de viaturas, relatou que as recusas dos pedidos do Centro de Saúde devem-se à impossibilidade de coordenar os meios de socorro e a saúde, assim, informou que as solicitações do Centro de Saúde para transporte de doentes para os Hospitais de referência tem uma taxa de resposta positiva de 98%.

Intervenção destinada ao público, requerida pelos Bombeiros Voluntários de Valpaços, na pessoa do Comandante Senhor Luís Nogueira.

O Senhor comandante dos Bombeiros de Valpaços, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, o, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

Respondendo ao Senhor Deputado Luís Vasco, o Senhor Comandante dos Bombeiros de Valpaços, apresentou a forma de funcionamento e a gestão dos recursos de Bombeiros no que respeita ao transporte de doentes não urentes.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida, para resposta aos representantes do Bombeiros Voluntários de Valpaços.

O Senhor Presidente da Câmara lamentou o abandono da seção por parte dos deputados eleitos nas listas do Partido Socialista durante a intervenção dos representantes de uma instituição tão nobre como é os Bombeiros Voluntários de Valpaços, denotando com isso falta de respeito para com essa instituição, para com aquelas que os elegeram e por todos os presentes.

Seguidamente, agradeceu os esclarecimentos prestados, mostrando-se orgulhoso pelo trabalho realizado pelos Bombeiros de Valpaços e Carrzedo em prol da população.

Intervenção destinada ao público, requerida pela Senhora Dona Maria das Dores Pimentel.

A Senhora Dona Maria das Dores Pimentel, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Seguidamente, relativamente ao incêndio que deflagrou no passado dia 25 de dezembro de 2017, na sua habitação – Solar dos Morgados – em Rio Torto manifestou o seu agradecimento aos Bombeiros de Valpaços e fez saber que o referido incêndio começou na cozinha e não se circunscreveu apenas a essa divisão, conforme atesta o relatório da referida entidade.

A Senhora Dona Maria das Dores mencionou, que nunca foi sua intenção solicitar qualquer ajuda económica à Câmara Municipal, apenas mostrar o seu descontentamento pela forma como atuou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio Torto.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.**

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a sua intervenção na pretérita assembleia não fora no sentido de ofender a Senhora Dona Maria das Dores Pimentel, nem à sua família. Seguidamente, entende que a intervenção da Senhora Dona Maria das Dores Pimentel, na última seção da Assembleia Municipal, fora no sentido de o Município proceder à remoção do entulho, pelo que reitera a impossibilidade do Município proceder a esses trabalhos, não podendo, legalmente, substituir-se aos particulares.

Sendo vinte horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente da Assembleia Municipal

António
Sernache de Sousa

O 1º Secretário

Prof.ª Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

O 2º Secretário

António Queirós Simões